



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

## ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 30 DEZEMBRO DE 2025

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Campanhã, no Auditório, sito na Rua Ferreira dos Santos, 57, presidida pelo presidente Sr. António Joaquim dos Santos Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1 – Tomada de Posse de dois membros da Assembleia de Freguesia que tendo justificado a sua ausência, não tomaram posse na sessão de instalação.**, conforme o n.º 3 do art. 8º da lei n.º 169/99.

**Ponto 2 – Apreciação e votação de Protocolos e Apoios a Coletividades**, conforme alíneas o) e n) n.º 1 do Art.16º da Lei n.º 75/2013;

**Ponto 3 – Proposta de Aprovação do Plano e orçamento para o ano de 2026;**

**Ponto 4 – Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade da Junta e da situação financeira, relativa ao período de outubro a dezembro de 2025**, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art. 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Antes de se proceder à chamada, tomaram posse o Sr. Álvaro Manuel de Azevedo Laranjeira Vaz, eleito pelo PS, e o Sr. José Maria Durães de Oliveira Gomes, eleito pela CDU, os quais, tendo oportunamente justificado a sua ausência, não o fizeram na sessão de instalação (ponto um da ordem de trabalhos).

De seguida foi feita a chamada, pela Primeira secretária, Sr.ª Carla Ribeiro, para verificação das presenças e existência de quórum. Verificou-se a substituição do Sr. Jorge Oliveira, da coligação “O Porto Somos Nós”, pela Sra. Stefania Cabral Victoretti.

Assim, com existência de quórum, deu-se início à Assembleia de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão dando conhecimento aos presentes de que deram entrada três requerimentos, subscritos pelos membros eleitos pelo partido CHEGA — Senhor Jorge Teixeira, Senhor Fernando Campelo e Senhor Pedro Vergueiro — nos quais manifestam a sua intenção de se desvincularem do referido partido, solicitando, para o efeito, que, a partir da presente data, passem a ser reconhecidos como membros independentes na Assembleia de Freguesia.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

No período **antes da ordem de trabalhos** foi entregue à mesa apenas **um** documento.

- **Documento um**, Proposta de Moção Porto Canal, apresentada pelo eleito da CDU.

Antes da votação decorreram as intervenções de:

- **Sr. Francisco Rocha, da coligação “O Porto Somos Nós”**: Começou por verbalizar que no seguimento da resposta do presidente da Câmara Municipal do Porto, no dia anterior, que também é um companheiro da CDU na Assembleia Municipal, o grupo parlamentar “O Porto somos nós” acompanha a situação reportada na moção e que iria votar favoravelmente a moção que estava em análise, referindo que é crucial haver um meio de comunicação destinado para a região norte, nomeadamente, para a cidade do Porto.

- **Sr. Álvaro Vaz, do PS**: Verbalizou que o Partido Socialista iria votar favoravelmente a proposta da moção. Refere que a cidade do Porto perde com esta transformação do canal para uma vertente mais desportiva, deixando de existir as outras valências que hoje estão em vigor a nível de toda a região norte. Verbaliza que a instituição F. C. Porto, como toda a legitimidade, tem interesse nesta situação, contudo também poderia ter escolhido outras vertentes, nomeadamente a criação de raiz de um próprio canal. Salientou que esta iniciativa foi da própria direção do Porto Canal e não da instituição F. C. Porto. Salientou, ainda, que todos percebem a importância da instituição F. C. Porto a nível nacional e o quanto tem força contra o determinado centralismo que Portugal está imerso. Concluiu, referindo que o Norte, especificamente o Porto, perderia com esta vertente do Porto Canal e por isso votariam a favor da proposta da moção.

**Votação**: Aprovada por 18 votos a favor e uma abstenção do Sr. Cândido Correia, do PS.

Ainda antes da continuidade da ordem de trabalhos, pediram a palavra:

- **Sr. José Maria, da CDU**: Questionou sobre a verba atribuída no âmbito do Fundo de Apoio ao Associativismo ao Grupo Dramático Monte Aventino no valor de 20 mil euros para obras de insonorização do espaço da sede social, visto que esta Associação encontra-se fechada há cerca de 2 anos. Desta forma, solicita ao presidente da Junta para questionar o presidente da Câmara Municipal do Porto e ao executivo municipal sobre o ponto de situação do Grupo Dramático Monte Aventino. Refere, ainda, que a CDU tem mantido contacto com a atual direção do Grupo Dramático Monte Aventino, e que a mesma fez um pedido de esclarecimento relativamente ao interesse municipal da coletividade, sem mais respostas.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia refere que o apoio atribuído é referente ao ano anterior, com o executivo anterior, tendo o Grupo Dramático Monte Aventino de entregar todo o processo das obras. Em relação ao questionamento à Câmara Municipal do Porto, o Sr. Presidente da Junta, respondeu que a vereadora da Câmara, anterior às eleições, referiu que estava para abrir o Grupo, sem avançar com mais informação. O Sr. presidente da Junta, salientou que iria questionar o novo vereador, de forma a obter informações recentes, partilhando as informações assim que as tiver.

- **Sr<sup>a</sup> Sofia Silva da coligação "O Porto Somos Nós:** Solicitou que as sessões da Assembleia passem a ser transmitidas em direto. Refere que outras freguesias da cidade, nomeadamente, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, a Freguesia de Ramalde, bem como, a Assembleia Municipal do Porto já o faz. Refere que o plano de atividades e orçamento para 2026 incide na intenção de reforçar a modernização dos serviços administrativos, focando-se na digitalização de documentos e na redução gradual do uso de papel, sendo um passo importante e necessário, contudo insuficiente para as necessidades atuais. Afirma que a transmissão online é essencial para a estratégia de transparência e proximidade da Junta, permitindo que os cidadãos com problemas de mobilidade, saúde ou outros impedimentos possam acompanhar as sessões. Questiona o Executivo se não é do seu interesse dar acessibilidade e voz a todos os habitantes da Freguesia ("Campanhenses"). No fim, utiliza a metáfora de que a democracia é *"uma casa comum"*, a modernização administrativa é *"como limpar o pó aos móveis e organizar gavetas"*, enquanto a transmissão online é *"abrir as janelas de par em par, permitindo que a luz entre como um todo e que todos os que estão lá fora possam ver o que se passa dentro"*.

Em resposta, o Presidente da Mesa da Assembleia reconhece a sugestão e informa que a irá transmitir ao executivo da Junta de Freguesia.

- **Sr. Fernando Cardoso, independente:** Manifestou que os três elementos independentes concordam com a sugestão da Sr<sup>a</sup> Sofia Silva, da Coligação "O Porto Somos Nós".

De seguida, passou-se aos restantes pontos da ordem de trabalhos:

- O Presidente da Assembleia indicou que daria a palavra à primeira secretária para recordar a ordem de trabalhos. A primeira secretária anuncia a conclusão do Ponto 1, que foi realizada antes da chamada, passando assim ao Ponto 2:



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

**Ponto dois: Apreciação e votação de Protocolos e Apoios a Coletividades**, conforme alíneas o) e n) n.º 1 do Art.16º da Lei n.º 75/2013;

- O Presidente da Assembleia propõe um método de votação em bloco para os 14 protocolos, a fim de agilizar o processo, exceto se houvesse dúvidas sobre algum protocolo específico. O Presidente submeteu a proposta à consideração da Assembleia, destacando a necessidade de cumprir os prazos e a longa duração que uma discussão individual de cada protocolo acarretaria.

- **Sr. José Maria, da CDU**, informou que se absteria na votação de todos os protocolos por pertencer aos órgãos sociais de uma das Associações envolvidas. Em resposta, o Presidente da Assembleia propôs que em vez de uma abstenção total, o protocolo da Associação em questão fosse votado em separado, permitindo ao membro da CDU votar favoravelmente nos restantes 13. Decisão tomada por concordância geral na Assembleia.

-**Sr. André Faria, da coligação “O Porto Somos Nós”**, solicita uma apreciação por parte do Presidente da Junta de Freguesia antes da sua intervenção, visto que o Sr. Presidente da Junta poderá já dar respostas a algumas questões que irá efetuar. Em resposta, o Sr. presidente da Junta, explicou que os protocolos formalizam o subsídio anual a Associações que solicitam apoio à Junta, incluindo algumas novas entidades, nomeadamente, os Ranchos, para cobrir despesas como transportes e outras necessidades. Confirmou que todas as 14 Associações que solicitaram apoio estão incluídas na proposta, podendo haver mais, caso houvesse pedidos de apoio à Junta de Freguesia.

Após a resposta do Sr. presidente da Junta, o Sr. André Faria “O Porto Somos Nós” colocou as seguintes questões adicionais para melhor compreensão e para futuras deliberações:

- Se o Executivo recebe feedback, nomeadamente, relatórios, dados estatísticos, das entidades relativamente ao impacto e utilização dos apoios prestados anteriormente, para aferir, por exemplo, a evolução do número de beneficiários.
- Se, além do membro da CDU, existem outros membros da Assembleia ou do Executivo que pertençam aos órgãos sociais das associações contempladas nos protocolos.
- Se todas as 14 instituições cumpriram os requisitos legais, nomeadamente a entrega das declarações de não-dívida à Segurança Social e às Finanças.

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta, informa:



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- Relativamente à questão dos 14 protocolos, os protocolos com Associações exigem a apresentação de declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças (IRS), e os valores são calculados com base no número de escalões desportivos. O valor do apoio financeiro varia consoante o número de escalões que cada coletividade possui, dando o exemplo, que um clube com dois escalões recebe um valor "X", enquanto um clube com três escalões recebe um valor "Y". Como forma de exemplo, ainda salienta o Clube Desportivo de Portugal que tem todos os seis escalões de futebol, e por este motivo recebe um determinado valor. A média de participantes em todas as atividades das coletividades é calculada com base nestes dados.

Refere ainda, que as declarações foram solicitadas em dezembro para garantir a sua validade de três meses no momento da votação e que todas as declarações necessárias estão em conformidade e disponíveis para verificação na Junta de Freguesia, caso algum membro da assembleia, assim o pretenda.

- Relativamente aos deputados com ligações a Associações, o Sr. Presidente referiu que tinha conhecimento apenas do deputado, o Sr. José Maria, da CDU.

**Votação:** Associação CAOS, aprovado por 18 votos a favor e o elemento CDU não votou, uma vez que faz parte da direção da mesma. Quanto aos 13 restantes protocolos, foram todos aprovados por unanimidade.

## **Ponto Três: *Proposta de Aprovação do Plano e orçamento para o ano de 2026;***

O Sr. Presidente da Junta começou por explicar que é um plano anual para o desenvolvimento de Campanhã e manifestou-se disponível para prestar esclarecimentos, assumindo que os deputados tivessem lido o documento detalhadamente.

Antes das intervenções dos deputados, o Sr. Presidente da Assembleia lembrou as regras para o debate, conforme o Artigo 25º do Regulamento, em que cada deputado tem direito a uma única intervenção, com o tempo máximo de 5 minutos, em cada ponto da ordem de trabalhos. Após a definição das regras, foi aberto o período de discussão sobre o ponto.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- *Sr. Pedro Mendes, da Coligação "O Porto Somos Nós"*, começou por comunicar que o seu grupo parlamentar enviou cerca de 40 sugestões ao Executivo antes da apresentação do Plano e Orçamento, questionando se o executivo teria dado conhecimento aos restantes grupos parlamentares sobre essas sugestões. Pois, após análise ao documento, detetaram que a maioria das propostas não foram incorporadas no documento final, manifestando, assim, disponibilidade para partilhar essas propostas com os outros grupos parlamentares. Reconhece que o plano apresentado é do Executivo, contudo, este segue uma linha de forte continuidade em relação aos orçamentos de executivos anteriores, não sendo um "copy-paste", mas muito semelhante. Salaria e elogia a condução da Assembleia pelo Presidente da Mesa, considerando-a um "upgrade significativo".

No seguimento da sua intervenção, menciona alguns pontos relativamente a propostas no plano e orçamento, nomeadamente:

- A importância da transmissão online das Assembleias, já mencionada pela Sra. Sofia Silva e propõe a descentralização das reuniões da Assembleia por vários locais da freguesia para chegar cada vez mais a todos os cidadãos.
- Indica que o documento faz uma referência genérica ao apoio ao associativismo e incorpora apenas de forma parcial as propostas apresentadas. As propostas parcialmente incluídas referem-se à consultoria técnica destinada aos clubes, associações e instituições locais, bem como ao apoio técnico a estas entidades, considerados fundamentais para que possam desenvolver as suas atividades de forma mais profissional. Já a proposta de reforço do apoio jurídico no âmbito do Fundo de Associativismo, com o objetivo de apoiar o sucesso das candidaturas, não foi contemplada.
- Coesão Social: Afirma que o orçamento contempla apenas parcialmente medidas como o voluntariado e programas de prevenção do consumo de álcool e drogas. Contudo, ficam de fora iniciativas relevantes, como a reutilização do espaço do antigo infantário do Bairro Pio XII e a abertura do Centro das Areias, que, apesar de ter sido inaugurado há cerca de 4 a 5 anos, continua encerrado e sem utilização pela comunidade local. Foi ainda salientada a ausência de uma proposta que assegure uma gestão "justa, transparente e devidamente regulada" dos cabazes do Banco Alimentar.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- **Cultura e Eventos:** Refere que propostas como a dinamização de praças, parques e outros espaços públicos, bem como o apoio a edições literárias, foram incluídas de forma “muito parcial, vaga e genérica”. Destaca-se ainda a ausência de iniciativas como a criação de torneios desportivos, no âmbito da “Campanha em Movimento”, e a instalação de estruturas de exercício físico ao ar livre.
- **Empreendedorismo:** Assinala que nenhuma das propostas da coligação foi incluída, nomeadamente, o programa de empreendedorismo local, incubadoras, formação em gestão, parcerias para vitalização comercial e o Balcão do Empreendedor.
- **Educação e Juventude:** Menciona que o plano contempla parcialmente algumas das necessidades das escolas do 1.º ciclo, bem como o apoio administrativo às associações juvenis e a programas de férias. No entanto, não inclui a proposta de criação de um “prémio de escrita criativa”, nem campanhas escolares específicas para a prevenção do consumo de álcool e drogas.
- **Habitação:** Verbaliza que consta parcialmente algumas soluções habitacionais e programas desenvolvidos com a DOMUS, Porto Solidário e programas municipais, não constando articulação com o IRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) para a gestão de casas na freguesia e a ausência de uma avaliação sistemática de situações abusivas na habitação social.

Relativamente, à análise financeira do orçamento destaca alguns pontos, nomeadamente:

- **Conformidade Legal e Estrutura das Receitas:** Começa por indicar que o documento cumpre os requisitos legais e contabilísticos, apresentando um equilíbrio entre receitas e despesas. Contudo, considera tratar-se de um orçamento com “baixa ambição transformadora” e “reduzida capacidade de resposta” aos desafios da Freguesia. No que diz respeito à estrutura das receitas, aponta a existência de uma “dependência excessiva” e de uma “fragilidade notória”, evidenciada pelo facto de 85% das receitas provirem de transferências do município, enquanto as receitas próprias (como IMI e taxas) assumem um peso residual. Tal situação revela uma elevada dependência política e financeira. Nesse sentido, questiona o voto contra o Orçamento Municipal por parte do Presidente da Junta, uma vez que essa dependência poderia comprometer o cumprimento do próprio orçamento da Freguesia.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- Estrutura da Despesa: Afirma que à semelhança dos orçamentos anteriores, 86% da despesa é corrente, e dentro desta, 43,8% é para despesas com pessoal. Desta forma, esta estrutura resulta num orçamento "absorvido por funcionamento interno", pouco flexível na gestão financeira, o que implica uma margem reduzida para inovação, investimento social ou políticas públicas diferenciadoras.
- Despesas de Capital (Investimento): Refere que o investimento é considerado "bastante reduzido e pouco estratégico", totalizando 246.400,00 euros, sendo que as receitas de capital previstas são de apenas 55.850,00 euros. Esta diferença implica que o investimento é quase inteiramente financiado pelo saldo corrente, revelando uma ausência de candidaturas a fundos externos e falta de estratégia para captar financiamento alternativo.
- Plano Plurianual de Investimentos: Carece de projetos de âncora e de intervenções com impacto estrutural na Freguesia, em áreas como habitação, regeneração urbana, mobilidade suave ou economia local. Refere, que existe uma disparidade significativa entre as grandes opções do plano declaradas e a alocação financeira real, com dotações muito baixas para Ambiente, Juventude e Habitação e nula para Empreendedorismo. Finaliza, sublinhando que o planeamento plurianual é encarado como meramente formal e pouco consequente, uma vez que as projeções são explicitamente classificadas como "meramente indicativas" e não contemplam compromissos plurianuais relevantes. Apesar de revelar prudência financeira, esta abordagem evidencia uma ausência de visão de médio e longo prazo, traduzindo-se num planeamento mais reativo do que estratégico.

Termina salientando a existência de pontos positivos, designadamente o cumprimento legal do equilíbrio orçamental, a gestão financeira prudente e a continuidade dos serviços essenciais. Por outro lado, aponta também fragilidades estruturais, nomeadamente a forte dependência de transferências externas e a baixa autonomia financeira, o reduzido e pouco ambicioso nível de investimento, a desproporção entre as grandes opções do plano e as respetivas dotações financeiras, bem como a ausência de uma estratégia clara para o desenvolvimento local. Em jeito de conclusão, afirma que o orçamento é tecnicamente correto, mas politicamente pouco audacioso: assegura a administração corrente da freguesia, mas não a projeta para o futuro, falhando na resposta a desafios como a pressão habitacional, a necessidade de fixação de jovens e a dinamização económica. Nesse sentido, declara que o seu voto será contra.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta refere que os apoios às coletividades, são feitos através do pagamento das instalações (campos, pavilhões) em vez de atribuir diretamente subsídios. Das 40 sugestões apresentadas pela oposição, o executivo afirma que cerca de 30 (ou seja 80%) já estão refletidas no seu plano orçamental, demonstrando sintonia de objetivos. Refere, ainda, que o plano reflete a visão própria do executivo e, embora sugestões externas sejam bem-vindas e coincidentes, o documento final é da sua autoria. O Sr. Presidente da Junta, agradece a franqueza da oposição em declarar o seu voto contra.

Antes de dar continuidade, o Sr. Presidente da Assembleia elogia a substância da intervenção da oposição, mas aconselha uma apresentação mais segmentada para maior eficácia. Sugere que, para futuras intervenções, o discurso longo e denso seja dividido entre vários membros do grupo político.

- **Sr. Fernando Cardoso, independente:** Manifesta votar favoravelmente, justificando que o voto favorável é apresentado como uma decisão de responsabilidade, de ponderação e sentido de futuro, não como um voto partidário ou de conveniência política. Salaria que, após analisarem a proposta, o grupo considera que a mesma responde de forma equilibrada e realista às necessidades da Freguesia. O orçamento garante estabilidade financeira e permite continuar o investimento nas pessoas, serviços e desenvolvimento local, sendo o melhor instrumento para servir a Freguesia no momento.

- **Sr. Francisco Rocha, da Coligação "O Porto Somos Nós":** Inicia o discurso a solicitar esclarecimento sobre vários pontos do orçamento, nomeadamente:

- Mapas Orçamentais (Página 8): Solicita justificação para os valores orçamentados e apresentados, nomeadamente: valores sobre estudos, pareceres, projetos e consultadoria, a assistência técnica e outros trabalhos especializados.
- Aquisições de Capital (Página 9): Solicita justificação para o montante de 115 mil euros em "instalações de serviços".



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

## CONCELHO DO PORTO

- Obras do edifício sede (Página 18): Solicita justificação para os 60 mil euros destinados às obras do edifício-sede, notando a trajetória de despesa semelhante em anos anteriores.
- Modernização Administrativa: Questiona o que contempla o valor de 50 mil euros para o ano corrente e a sua trajetória crescente, prevista, até 2030.

De seguida, e de acordo com os parceiros da sua bancada, manifesta o desacordo da posição do voto contra do Partido Socialista no orçamento Municipal, classificando-o como "*miserável*". Argumenta que esta ação condiciona diretamente a transferência de verbas para a Junta de Freguesia, limitando a sua capacidade de ação, nomeadamente o apoio aos mais necessitados. Faz apelo para que, no futuro, haja mais consciência sobre as consequências de tais posições políticas, que parecem ser mais "*politiquice do que política a sério*". Ainda refere que se o voto do "O Porto Somos Nós", na Assembleia de Freguesia, tivesse o poder de bloquear o orçamento local, o sentido de voto da bancada seria diferente e aberta a negociações.

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta começa por responder às questões sobre os custos com a sede. Afirma que os montantes (ex: 60-100 mil euros a cada dois anos) não são suficientes para comprar uma nova sede e são necessários para renovar um edifício com 50-60 anos. A solução é fazer uma obra de cada vez para não esgotar os recursos. Relativamente ao voto na Assembleia Municipal, refere que o PS seguiu uma "diretriz política". Relembra, ainda, um episódio passado em que o PSD, quando a sua ajuda era necessária, também votou contra na Assembleia de Freguesia.

- **Sr. Álvaro Vaz, do PS:** Sustenta que a natureza de "continuidade" do orçamento se justifica pelo resultado eleitoral, interpretado como uma validação, por parte dos cidadãos da Freguesia, do trabalho desenvolvido pela Junta. Nesse sentido, a apresentação de um projeto totalmente distinto daquele com que os cidadãos de Campanhã se identificaram e que sufragaram seria contraditória. Em resposta às críticas da oposição "Porto Somos Nós", argumenta que muitas das ambições apresentadas extravasam as competências da Junta de Freguesia, dependendo antes de níveis superiores de decisão, como a Câmara Municipal. Para concluir, defende que o voto contra o Orçamento Municipal constitui uma posição natural quando se entende que as transferências financeiras do município, fundamentais para todas as Juntas, são insuficientes. Estabelece ainda um paralelismo com a própria oposição, considerando que, tal como "O Porto Somos Nós" vota contra quando discorda de um orçamento, também esta posição é coerente e legítima.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- **Sr<sup>a</sup> Sofia Silva, da Coligação "O Porto Somos Nós"**: Ao comparar o plano do executivo com a proposta do "O Porto Somos Nós", para educação e infância, torna-se evidente que a visão do executivo é *"reduzora e carece de ambição política e social"*, com uma dotação de apenas 28.600,00 euros, correspondendo a 1,5% do orçamento total, focado essencialmente no ensino básico, em iniciativas festivas ou protocolares, como por exemplo: a festa da Criança; concurso de presépios e desfile de Carnaval, não resolvendo problemas estruturais. Propõe medidas para atacar carências reais, como: A reutilização social e comunitária do antigo infantário do Bairro Pio XII para valências de infância, juventude e formação; A criação de programas de férias estruturados para crianças e jovens; O desenvolvimento de programas de prevenção de álcool e drogas nas escolas e o fomento da escrita criativa através de prémios para jovens.

Finaliza, manifestando que a modernização administrativa deve focar-se em investir nas pessoas, especialmente nas crianças e alunos, e não apenas na digitalização de documentos. Questiona o Executivo sobre como pode considerar Campanhã uma prioridade, investindo apenas 1,5% na educação e ignorando projetos de infraestruturas como o do antigo infantário do Bairro Pio XII. De forma a concluir, e no sentido de garantir o máximo rigor institucional ao documento público, sugere que se proceda a uma revisão final do documento do orçamento para corrigir lapsos pontuais de ortografia e acentuação.

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta menciona que a deputada Sr. Sofia Silva desconhece a Lei nº 75/2013, que impede as Juntas de Freguesia de deterem e gerirem diretamente equipamentos como Infantários, Centros de dia ou Lares. Esclarece que este tipo de valências deve ser gerido por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e que a Junta de Freguesia já teve de fechar dois infantários e entregar um centro de dia por esta razão. Menciona, ainda, uma tentativa anterior, há dois anos, com o Dr. Fernando Paulo, de atribuir uma valência semelhante à paróquia da Areosa, que não foi possível por falta de condições legais para incluir um berçário.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

- **Sr. José Maria, da CDU:** Refere que o debate sobre o orçamento foi como um "*poço de contradições*", incluindo ideologias que não valorizam nem defendem a população de Campanhã. Aponta uma contradição no discurso da direita, que fala em políticas públicas e sociais, mas defende menos peso do setor público. Refere ainda, sobre o discurso da coligação "Somos Porto" por criticar o investimento de 1,5% na educação em Campanhã quando o orçamento nacional para o mesmo ano é de 1,3%. Concorda com o Presidente da Assembleia que se perdeu tempo em análises exaustivas em vez de discutir os problemas concretos da Freguesia. Conclui que o orçamento apresentado não é da CDU, abstém-se, na votação.

**Votação:** aprovado por 13 votos a favor; 5 votos contra da Coligação "O Porto Somos Nós" e uma abstenção do elemento da CDU.

**Ponto Quatro: *Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade da Junta e da situação financeira, relativa ao período de outubro a dezembro de 2025***, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art. 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- **Sr. Presidente da Junta:** Esclarece que o relatório cobre apenas 2 meses, pois um dos meses do período foi de transição devido à campanha eleitoral. Termina por dizer que está ao dispor para esclarecimentos.

- **Sr. Pedro Mendes da coligação "O Porto Somos Nós":** Começa por dizer que percebe e aceita a nova aplicação do Regimento sobre os tempos de intervenção, notando que era diferente no mandato anterior. Clarifica que a sua bancada dividiu deliberadamente os temas por vários oradores após a sua longa intervenção inicial, agradecendo a sugestão do Presidente da Assembleia no ponto anterior. Em resposta ao deputado da CDU (ausente no momento), verbaliza que o debate se focou corretamente no plano e orçamento, que era o ponto em discussão. Afirma que a sua coligação não tem nada a acrescentar sobre o relatório de atividades, considerando-o explícito.



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

CONCELHO DO PORTO

O ponto sobre o relatório de atividades é encerrado sem votação. O Presidente da Assembleia esclarece ao deputado Sr. Pedro Mendes que o seu comentário anterior sobre a apresentação não foi uma censura, mas uma sugestão para valorizar o trabalho realizado.

A ordem de trabalhos é declarada encerrada. É aberto um período de 30 minutos para discussão de assuntos de interesse para a Freguesia, aberto ao público e aos deputados, com a condição de não se referirem a assuntos já tratados na reunião. Contudo o Sr. Pedro Mendes faz um aparte para corrigir uma informação do deputado da CDU, afirmando que a verba do Orçamento de Estado para a Educação é de 2,4%, e que o valor de 1,2% se refere apenas ao ensino superior.

O Sr. Presidente da Junta deseja um bom ano a todos os presentes. Manifesta a sua satisfação por ver uma presença significativa do público (cerca de vinte pessoas), algo que considera raro, e reforça que as portas da Junta estão abertas.

O Presidente da Assembleia também deseja a todos um feliz Ano Novo, expressando confiança no trabalho conjunto da Assembleia.

Não havendo intervenção do público e nada mais havendo a tratar, foi lida a minuta da ata, tendo sido feita uma correção para substituir "Facebook" por "online" relativamente à transmissão das sessões. A minuta foi aprovada por unanimidade e foi encerrada a Assembleia pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos.

A 1ª SECRETÁRIA

*Carla Ribeiro*

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

*[Handwritten signature]*

O 2ª SECRETÁRIO

*[Handwritten signature]*

